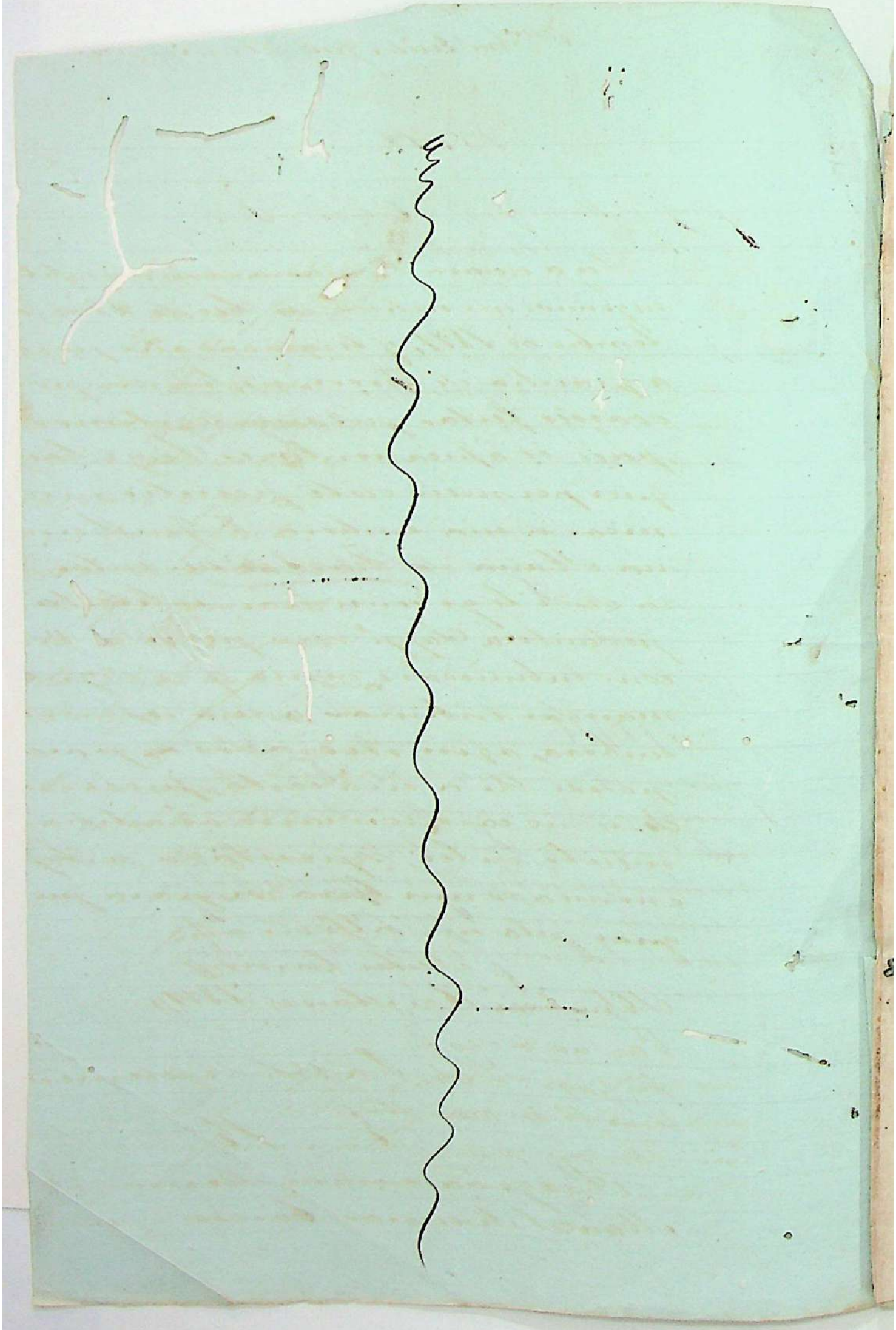
1811

Juiz de Municipal da Cidade de Sam
Sebastião Antonio =

Mandou a vereação de Camara que Sua Mercê
Mesa de Bondade, Igualdade e Liberdade
por nomeação da governança de governa
dos mesmos =

Bandeira
Juiz da Vila Viçosa

Anno do Nascimento de Nosso Senhor
Jesus Christo de mil oitocentos e dez annos
aos dois dias do mez de Março do dito anno
da Cidade de Sam Sebastião em meu
Cartorio onde eu Escrivão abaixo nomeado
me achava Juiz Ordinario Joaquim Gonçalves
Ferreira Bittencourt e Juiz de Orfãos
Antonio Gonçalves Vianna



Illm.o Sem.or Doutor Juiz de Orf.

Diz a escrava N.a, parda com dous filhos ingenuos, em virtude da Lei de 28 de Setembro de 1871, e tendo em seu favor a garantia de 3.o necessario, haver por doação feitas pelos seus legitimos paes os africanos livres Diz e Diz, quer por meio desde peculio ou de outra qualquer a sua senhora D. Guilhermina Maria do Prado de sua vontade, pois desde logo considera-se liberta; portanto a Supp.e vem pedir a V.S. com submissão e venia q.e se digne mandar intimar a sua referida senhora, aquem assignarão a, para passar-lhe a sua carta, procedendo-se no caso contrario ao arbitramento da lei; e ignorando a Supp.e e nomeado um curador para pugnar pela sua liberdade.

E.R.M.

S. Christovão, 16 de Maio de 1874.

Vai no verso.

Despacho. Intime-se a S.a Supplicada.

Torres, 16 de Maio 1874.

Ferreira Junior.

O Escrivão da escrava Romana Manoel Antonio do Nascimento Guimarães

Nomeio Curador ao
[illegible] e ao Deposi-
tario o Dr. Manuel
Raimundo Cardoso
Guaraná, que prestará
o devido juramento e
assignará o preciso
Termo de deposito.
Officie-se á Camara
Municipal convidando-
a a comparecer
neste Juizo hoje, para
o accordo ordinario, de
que trata o artigo 84
do Regulamento de 15 de
novembro de 1872.
Cumpra-se, ouvido o Dr.
Curador a presente, como
alli se requer. F. Cabrito.
Victoria, 16 de Maio de 879.
Correia, Juiz.

Intimei o que acima se manda ao Dr. Curador e ao Tutor nomeado Manoel Raimundo Cardoso Guaraná e para constar lavrei o presente termo em que assignaram. Victoria 16 de Maio de 1879.
Manoel Raimundo Cardoso Guaraná

Juramento

Aos dezanove dias do m[illegible] Maio de mil oito cen-
tos e setenta e sete, nesta Ci[illegible] de São Christovão
em casas de residencia do [illegible] Dor Juiz Mu-
nicipal Francisco José Martins Barra
Junior, onde eu escrivão de seu cargo fui
vindo, sendo ahi presente o Doutor Manoel
Armindo Cordeiro Guaraná, curador nomea-
do da escrava Bernardina, a quem o dito Juiz
lhe deferio o juramento dos Santos Evangelhos
em um livro delles em que pos sua mão direita
e lhe encarregou de bem e fielmente desempenhar
o lugar de curador da escrava Bernardina,
requerendo em juizo tudo quanto for benefi-
cio a bem de sua liberdade: E recebido por
elle o dito juramento assim prometteu cum-
prir debaixo do juramento que acaba de
prestar: De que para constar fiz este termo
em que assignou com o Juiz e Juiz delle (?)
a quem dou fé. Eu Jozé Antonio da Silva Lisboa
escrivão o escrevi.

Franc.co José Martins Barra Junior
Manoel Armindo Cordeiro Guaraná

Termo de Deposito da escrava
Bernardina, tudo como abaixo
se declara

Logo no mesmo dia mez anno e lugar supra
declarados, em casa de residencia do

o Doutor Juiz Municipal Francisco José Martins Parra [illegible] em [illegible] do Cargo [illegible] achi presente o Dou tor [illegible] Curador [illegible] e depositario [illegible] da Immaculada, aquem o dito Juiz deferio o juramento dos Santos Evangelhos em um livro d'elles em que por sua mão direita elle encarregou de bem e fielmente servir de depositario do que da Immaculada, liberta de Dona Guilhermina Maria do Prado, a qual actualmente [illegible] tratando de sua liberdade, por indemnização, comprometendo-se dar conta d'ella todas as vezes que por este Juiz lhe for ordenado, sujeitando-se as penas da lei: E recebido por elle o dito juramento assim o prometteu cumprir debaixo do juramento que acaba de prestar = Do que fiz o auto que mandou o dito Juiz lavrar este termo, em que depois de lido e assignado pelo Juiz e Curador, e digo Juiz e depositario, aquelle do [illegible] Eu Joaquim [illegible] Escrivão que escrevi.

Franc.º José Martins Parra, Juiz
Manoel Araujo [illegible] Guimarães
Como Dr.º Luis de França Marques.
Manoel Joaquim da Guia

Certifico que [illegible] a Dona Guilhermina Maria do Prado, o officio que mandou o Senhor Doutor Juiz Municipal d'este termo Francisco José

José [illegible]
Silv[illegible]
[illegible]

[illegible] vara
[illegible]ia, dia 14 de
[illegible]mbro de qu[illegible]
[illegible]o Convida Fulmina
[illegible]

Commissão civil do
[illegible]o, Requerendo para
[illegible] nomeação
[illegible]ermissão;
[illegible]
[illegible]

[illegible]ecida a Dona
Guilhermina Maria do Bonfim, viuva de
[illegible]do de que trata a contegoluinte, que
[illegible] Regulamento de 15 de Novembro de mil oi
[illegible]to oitos e oitenta e dois = Autorizo o Novo
[illegible]o de que trata. Sam Bento 16 de Maio
de 1874.

Bernardo
Garcia da Silva Lisboa

Summario de Sentença feito por
Dona Guilhermina Maria
do Bonfim tudo como abaixo
se declara =

Diz a supplicante, que tendo sido casada com
[illegible] Antonio Fernandes, fallecido em
[illegible]ro do corrente anno, deixou
[illegible] Menores
[illegible] Pedro, Maria, Antonio
[illegible] Maria do Bonfim, e Dona Maria
[illegible]ria da Conceição, e Dona Maria
[illegible]ria do Bonfim = Pelo mesmo juiz
[illegible] deferido, que na forma do contegoluinte
[illegible]uerido do Regulamento de 15 de Novembro
[illegible] mil oitocentos oitenta e oito, fosse concedo
[illegible] a supplicante Dona Guilhermina Maria do

